

Fernando Molica

Derrota faz com que governo procure mostrar sua cara

A goleada imposta pelo Congresso permite ao governo tomar a decisão de, a exemplo do que foi feito pela direita bolsonarista, encerrar de frente discussões de caráter mais amplo, mostrar sua cara, seu lado preferencial. A surra tomada no caso do IOF reforçou o erro do Planalto de insistir em jogar na casa do adversário, com as regras por ele impostas e sempre modificadas.

Até aqui, Lula vinha tentando repetir a fórmula de seus primeiros mandatos, quando implantou programas decisivos enquanto saciava com cargos, tolerância e vista grossa a fome do Centrão. Um processo de aliciamento e de compra de votos que contaminou setores importantes do PT e redundou no Mensalão, o primeiro grande escândalo a macular a imagem do partido.

Os tempos, porém, mudaram. Tal como nas lendas medievais, o dragão que habita o Congresso passou a exigir mais e mais para não incendiar a cidade — isso, enquanto articula um incêndio decisivo em 2026.

Implantadas pelos parlamenta-

res durante o governo Dilma Rousseff e ampliadas e consolidadas no mandato de Jair Bolsonaro, as emendas de execução obrigatória mudaram o eixo do poder real: como em qualquer casa, manda quem tem dinheiro.

Como gostam de ressaltar os parlamentares, antes, eles é que iam de ministério em ministério mendigar verbas para essa ou aquela prefeitura, para esse ou aquele programa. De uns anos pra cá, ministros é que pedem emendas para os deputados e senadores.

A tentativa lulista de reimplantar o protagonismo do Planalto com base nos velhos tempos permite mais uma metáfora relacionada ao 7 a 1: depois do fiasco de Dunga em 2010, a CBF tentou repetir a mágica de 2002 e chamou de volta Felipão para comandar a seleção em 2014. O truque deu errado, a Família Scolari foi repetida como farsa.

A atividade política é carregada de chavões e lugares-comuns que tentam disfarçar o óbvio — o tão enaltecido diálogo entre os po-

deres Executivo e Legislativo não passa, na grande maioria das vezes, de uma conversa centrada no atendimento de interesses pessoais ou corporativos, no toma lá, dá cá; na repetição infinita da versão degradada da Oração de São Francisco, aquela do é dando que se recebe.

O problema não está num suposto perfil conservador da grande maioria dos integrantes do Congresso; a maioria dos membros das duas casas não está nem aí para ideologias. O liberalismo, hoje tão enaltecido, é marcado por uma característica bem brasileira, que prevê a manutenção e ampliação de concessões e isenções fiscais para os amigos. Câmara e Senado são conservadores não no sentido político, mas na defesa de privilégios que marcam nossa sociedade.

Outro dia mesmo, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), defendeu a redução dos incentivos fiscais, impostos que deixam de ser pagos por alguns e que acabam sendo compensados pela grande maioria dos brasileiros. E o tema — um rombo que,

em 2025, deverá chegar a R\$ 543 bilhões — acabou sendo por ele esquecido. Em tese, todos apoiam a medida, desde que o corte seja na carne alheia, um jogo de empurra que impede qualquer mudança.

Especialista em buscar soluções conciliatórias, Lula vinha tentando não entrar nessa briga, o que contribuía para despolitizá-la. Como mostra a coluna Correio Bastidores de hoje, ele, ao ser chamuscado pelo fogo do dragão, mudou de postura e recuperou o discurso de pobres contra ricos.

O presidente sabe, porém, que não será fácil. Em entrevista à Folha de S.Paulo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o envio de um projeto de redução dos tais benefícios ficará para o segundo semestre, que o enxugamento será menor que o previsto.

Derrotado na tentativa de repetir a velha estratégia, Lula tenta agora recuperar uma briga mais ampla, sabe que não tem muitas saídas, que precisa tentar recuperar um discurso de inconformismo que acabou capturado pela direita.

Aristóteles Drummond

A força da presença portuguesa no Rio

O Rio pode ser considerado a mais portuguesa das cidades brasileiras. Não só pela história de capital do Reino Unido, do Império, sob o comando da Casa de Bragança e a arquitetura preservada, mas pelas famílias que subsistem sem abandonar a origem além-mar, relevantes na vida social, empresarial e desportiva. A nomenclatura das vias públicas preserva nomes de ilustres portugueses.

As igrejas, as devoções e os prédios emblemáticos como o do Real Gabinete Português de Leitura, são admirados internacionalmente. O Consulado Geral de Portugal, no Palácio São Clemente, é, entre todos, o mais conhecido e reverenciado, sendo distinguido pela presença da nata da diplomacia portuguesa, como neste momento por Gabriela Soares Albergaria.

Dois jovens atuantes na vida

do Rio, Carlos Roberto Osorio, empresário, ex-deputado, secretário municipal e estadual, e seu primo Luiz Eduardo Osorio, referência de alto executivo em grandes grupos, acabam de publicar um completo trabalho, em 400 páginas, da história das famílias Amaral, da avó, e Osorio, do avô, filhos dos casais que aportaram no Rio em meados do século XIX, fincaram raízes e constituíram fortunas. Uma família que na quinta geração permanece presente, em tantas áreas.

Uma história familiar que se confunde com a do Vasco da Gama, ponto de união de todos em todas as gerações. José do Amaral Osorio dedicou sua vida à militância vascaína, integrando filhos e netos, o irmão Antônio Carlos, na mocidade foi diretor de futebol do Vasco campeão, tendo sido presidente histórico da Associação Co-

mercial do Rio de Janeiro. Carlos Roberto, um dos autores do livro, foi braço direito da gestão Jorge Salgado, que resgatou o clube de grandes dificuldades.

Na mesma geração de José Amaral Osorio, marcaram a cidade os irmãos Alberto e Alfredo. O primeiro foi engenheiro de referência da Light e o segundo, um professor eminente e grande conhecedor da indústria nuclear, tendo sido a grande referência da NUCLEP e professor emérito. Os primos Hildegardo e Jorge Noronha, ambos com passagem na Marinha do Brasil, sendo que Hildegardo teve oportunidade de viver entre os dois países, com filhos e netos em cada lado do Atlântico, e a irmã, Elza, a companheira do arquiteto Mauro Viegas, referência em sua geração como empresário, professor e di-

rigente de relevo do Instituto de Arquitetos do Brasil.

São muitos os portugueses e suas famílias que pedem trabalho semelhante a este. Desde o emblemático Antônio Gomes da Costa, liderança da comunidade por muitos anos, os fundadores de empresas tradicionais, desde o comendador Marins Maia da carioquíssima Tele-Rio, Amadeu Cunha e Celestino Pereira, Manuel Lino Costa. as famílias Seabra, Saavedra, Modesto Leal, Almeida Braga aos fundadores de restaurantes marcantes na cidade, como Churrascaria Gaúcha, Adeção Português, Timpanas, Lisboeta, Grandeza e A Marisqueira.

A cidade deve muito da sua vida econômica e social a este grupo de famílias que mantêm instituições relevantes nas ordens religiosas e na Santa Casa da Misericórdia, entre outras atividades.

Alexandre Garcia

Liberdade fundamental

Embalado por uma misteriosa motivação, como confessou num evento do Partido Socialista, Lula revelou, mais uma vez, sua posição sobre liberdade de expressão: “Os Estados Unidos querem processar o Alexandre de Moraes porque ele está querendo prender um cara brasileiro que está lá nos Estados Unidos fazendo coisa contra o Brasil o dia inteiro”. Referia-se ao jornalista Allan dos Santos. Para Lula, fazendo coisa (falando) contra o Brasil(ou autoridades?) dá prisão. Ora, quem não concorda com Allan, não o vê, não o segue. Mas Allan está num país que reconhece e pratica o princípio de que liberdade de expressão é pedra de toque da democracia. Aqui, nossa Constituição considera a liberdade de expressão cláusula pétrea, ou seja, nem o Congresso pode modificar o art. 5º. “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. Não diz “salvo se”.

A censura é o objetivo de todos os totalitários. Primeiro, censuram as palavras; em consequência, censuraram o pensamento; a liberdade, então, estará censurada. Tudo fica relativo, como na “democracia relativa” da Venezuela bolivariana. Vale qualquer pretexto, como faziam os tribunais na Alemanha de Hitler e na União Soviética de Stalin, onde as pessoas já estavam condenadas antes dos julgamentos, que só serviam como ritual, na tentativa de mostrar que um processo kafkiano é um processo justo. O terrível, numa situação assim, é o silêncio dos censuráveis, que agem como ovelhas indo passivamente para a tosquia. A lá das ovelhas estará crescendo no ano seguinte, mas a liberdade perdida só renascera se os servos passarem a agir como cidadãos.

São tempos em que o Supremo decide modificar uma lei que foi discutida com todos, no Con-

gresso, por três anos. Chegou-se então à Lei 12965, sancionada por Dilma em 2014. Depois de 10 anos em vigor, surgiu, em véspera de ano eleitoral, o desejo de obrigar as plataformas a irem além das regras já existentes, que evitam pornografia, pedofilia, imagens obscenas. Mas insistem que é preciso combater a “desinformação”. Ora, se combate a desinformação não dando audiência ao desinformador, assim como ao odiento - ademais, rotular de desinformação é muito subjetivo, pois pode se tratar apenas de uma informação com a qual não se concorde. Paradoxalmente, os que dizem combater a desinformação alegam que é para proteger direitos fundamentais. Ora, um dos direitos mais fundamentais é a liberdade de expressão. Movimento hipócrita, pois durante a pandemia generalizou-se a desinformação de que a covid não tinha tratamento. Quantas mortes

teriam sido evitadas?

Um inconfidente da fala da Janja no jantar em Pequim revela que não é para proteger as crianças; a censura é porque a direita é predominante nas redes sociais e ano que vem tem eleição. É isso que está em jogo nessa fúria de censura aos dez anos de funcionamento do Marco Civil da Internet. E se o Supremo disser que o que o Legislativo decidiu, no artigo 19, é inconstitucional? E que as plataformas têm a responsabilidade de censurar o que julgam mentira ou discurso de ódio? Impossível tarefa humana fiscalizar bilhões de postagens diárias. Um robô vai decidir? Vamos ser censurados por um robô, com base em algoritmos? E onde fica a pedra angular da democracia, a liberdade de expressão? Parafraseando Vinícius de Moraes: Os totalitários que me perdoem, mas liberdade de expressão é fundamental.

EDITORIAL

Transferências, foco central do ajuste fiscal

“Qualquer discussão em torno da adoção de um ajuste fiscal sério deve ‘atacar’ a questão central do crescimento das transferências sociais e dos benefícios previdenciários, que responderam por 3,7% do aumento dos gastos primários, nos últimos 16 anos”. A avaliação ‘cirúrgica’ é do economista, diretor-presidente da MCM Consultores e colunista de economia do Estadão, Claudio Adilson González, ao comentar que as contas públicas ‘tombaram’ de um superávit primário de 2,3% do PIB, em 2008, para um déficit de 0,4% do PIB, no ano passado.

Não bastasse a subtração ‘escandalosa’ de vulneráveis idosos – perpetrada por servidores federais do INSS, até agora, não ‘alcançados’ pela Justiça – uma nova reforma da Previdência, além da revisão de programas de transferência de renda devem ser, segundo González, relegados a segundo plano, por serem ‘sensíveis’ politicamente, ante à proximidade do pleito em 2026. Na perspectiva, certo é que o ‘buraco’ do déficit previdenciário deve se aprofundar, a reboque do envelhecimento inexorável da população.

Ao considerar que “não se

está falando sério sobre cortes de gastos”, o economista entende que “a tão decantada reforma administrativa, necessária à maior eficiência dos serviços públicos, tem pouco poder de redução de gastos, entre R\$ 1 bilhão a R\$ 3 bilhões por ano. Observe-se que a despesa com pessoal, como proporção do PIB, vem caindo ao longo do tempo”.

Desfazendo o ‘mito’ de que as desvinculações dos gastos em saúde e educação das receitas e do piso da previdência ao salário mínimo seriam ‘balas de prata’ para resolver o buraco das contas públicas, o economista exhibe números sobre a trajetória fiscal:

“No período de 2008 a 2024 tivemos as seguintes evoluções das despesas primárias, como proporção do PIB: pessoal (ativos e inativos) caiu de 4,3% para 3,1%; transferências sociais (Bolsa Família, abono salarial, seguro-desemprego e o BPC) subiram de 1,1% para 3,3%; Previdência Social subiu de 6,4% para 7,9%; já demais despesas obrigatórias subiram pouco, de 2,5% para 2,8%; e, finalmente, as despesas discricionárias, nas quais se concentram todos os investimentos públicos, caíram de 2,4% para 1,6%”.

Música na capital

Quem viveu a intensa cena musical da Brasília dos anos 1980 se lembra. Brasília não era somente a capital do rock. Havia uma impressionante efervescência cultural na cidade, produzida pela curiosidade dos jovens daqui na mistura com outras culturas, que recebiam das amizades com filhos de funcionários das diversas embaixadas. E outras tendências também se manifestavam em um cenário extremamente propício às experimentações.

Então, o mesmo cenário que viu nascer bandas como a Legião Urbana e o Capital Inicial também serviu de palco para música para além do rock. Foi de Brasília que Oswaldo Montenegro partiu para se tornar referência da Música Popular Brasileira. Foi na cidade que primeiro fermentou o conceito de world music, com experiências como o Obina Shock. Onde o jazz e a música instrumental voou com o Instrumental e Tal. Onde o choro fluiu e ainda flui com a força do trabalho de Reco do Bandolim no Clube do Choro e artistas como o bandolinista Hamilton de Holanda.

Tudo isso mostrando a força por aqui da música independente. E, nesse sentido, é motivo de muita saudação que, 17 anos, depois, retorne à cidade, com apoio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF, a FERIA da Música Independente Internacional de Brasília (FMI).

A feira vai acontecer de sexta (27) a domingo (29) no Museu de Arte de Brasília. Debates, shows e outros eventos acontecerão, com entrada gratuita.

Quem sabe não ressurja com iniciativas como essa o caldeirão que fez produzir tantos importantes artistas na capital do país. Que o “concreto rache” no museu, como dizia a Plebe Rude nos ricos anos 80.

Opinião do leitor

Casa de Chá

A Casa de Chá da Praça dos 3 Poderes é excelente ponto de encontro. O local está bombando. Sob as bênçãos do Senac-DF. Quem conhece, garante que volta. Reaberta depois de dois anos fechada, a Casa de Chá já recebeu mais de 150 mil pessoas. Boa atração para brasileiros e turistas. Local para tranquilizar a alma.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: REVOLUÇÃO BOLIVIANA GANHA MAIS ADEPTOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 27 de junho de 1930 foram: Julio Prestes chega a Paris e visita o túmulo do soldado desconhecido. Escola Militar de La Paz e Sindicato dos Aviadores também aderiram aos revolucionários contra o governo Siles. Futuro car-

HÁ 75 ANOS: NOVA CRISE POLÍTICA INSTALADA NA FRANÇA

As principais notícias do Correio da Manhã em 27 de junho de 1950 foram: Eduardo Gomes confirma presença nas convenções esta-

duais da UDN no Paraná e em Santa Catarina. Caderno especial mostra a força do universo feminino. Por 353 a 230, Congresso francês destitui

deal brasileiro, Sebastião Leme chega à Itália. Reforma da Lei Orgânica do DF prevê a criação de três novas subprefeituras.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rodolfo Lago (editor) e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.